

| Guia educacional e metodológico

Engajamento e participação social no enfrentamento das problemáticas socioambientais



Autoria: Mariane de Araujo
Ana Lucia Suriani Affonso

Instituição: Universidade
Estadual do Centro-Oeste

2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA**

**MARIANE DE ARAUJO
ANA LUCIA SURIANI AFFONSO**

PRODUTO EDUCACIONAL APLICADO

GUIA EDUCACIONAL E METODOLÓGICO: ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Produto Educacional apresentado à Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, área de concentração em Ensino e Aprendizagem de Ciências Naturais e Matemática, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Ana Lucia Suriani Affonso

GUARAPUAVA, PR
2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA**

**MARIANE DE ARAUJO
ANA LUCIA SURIANI AFFONSO**

**GUIA EDUCACIONAL E METODOLÓGICO: ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS**

Aprovado(a) em 30 de agosto de 2023

Profa. Dra. Adriana Massaê Kataoka– Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profa. Dra. Valéria Ghislotti Iared– Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Ana Lucia Suriani Affonso

GUARAPUAVA, PR
2023

| Guia educacional e metodológico

Engajamento e participação social no enfrentamento das problemáticas socioambientais



Autoria:
Mariane de Araujo
Ana Lucia Suriani Affonso

Instituição:
Universidade Estadual
do Centro-Oeste

2023

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

A663f

Araujo, Mariane de

Formação continuada em educação ambiental : contribuições para a mobilização e participação social no enfrentamento das problemáticas socioambientais / Mariane de Araujo. -- Guarapuava, 2023.

xiii, 101 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Área de concentração: Ensino e Aprendizagem de Ciências Naturais e Matemática, 2023.

Inclui Produto Educacional Aplicado intitulado: Guia Educacional e metodológico : engajamento e participação social no enfrentamento das problemáticas socioambientais. 68 p.

Orientadora: Ana Lucia Suriani Affonso

Banca Examinadora: Adriana Massaê Kataoka, Valéria Ghislotti Iared

Bibliografia

1. Formação continuada. 2. Educação ambiental. 3. Engajamento social.
I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática.

CDD 372.3

GUIA EDUCACIONAL E METODOLÓGICO: ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O ENFRENTAMENTO DAS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Informações técnicas

Área específica: Ensino de Ciências - Educação Ambiental.

Público-alvo: Este material foi elaborado para professores interessados pela temática ambiental.

Metodologia de ensino: As atividades priorizam metodologias participativas.

Recursos tecnológicos: Para a implementação das atividades propostas nesse guia são necessários recursos como projetor, caixa de som, computador.

Objetivo: Fornecer subsídios teóricos e metodológicos sobre participação e engajamento social nas tomadas de decisões na área socioambiental.

Categoria: Guia educacional e metodológico.

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Referencial teórico.....	7
Cronograma.....	15
Encontro 1.....	17
Conexões Necessárias: refletindo sobre o ambiente que nos cerca	
Encontro 2.....	23
Falando em Unidades de Conservação: um olhar para o contexto local	
Encontro 3.....	32
A Educação Ambiental e o Engajamento Social	
Encontro 4.....	41
Problematizando a realidade e o ser cidadão	
Encontro 5.....	54
Espaços de tomadas de decisões: estratégias para engajar pessoas	
Encontro 6.....	59
Construção coletiva de propostas de intervenção no contexto local	
Encontro 7.....	61
Espalhando sementes: socialização das atividades elaboradas	
Considerações finais.....	64
Referências.....	64

1. APRESENTAÇÃO

Olá professor e professora! Neste momento, gostaríamos de contar os motivos que nos levaram à proposição deste material. Ele surgiu de uma inquietude ao observar a participação social nas tomadas de decisões do setor público, especialmente no que tange às tomadas de decisões na temática socioambiental. Começamos a perceber que, além da não participação das pessoas nas tomadas de decisões, existia também um sentimento de que as questões socioambientais não interferiam nas suas vidas, gerando uma paralisação (não engajamento) frente aos desafios socioambientais apresentados à sociedade.

Dentre os desafios que se observam, percebe-se que a sociedade em que vivemos segue para um caminho insustentável, que se apresenta pela escassez de água potável, aquecimento global causado pelo desmatamento e queima exacerbada de combustíveis fósseis, sendo que esses juntos resultam na emergência climática. Observamos também a perda da biodiversidade, exploração desenfreada de recursos naturais, não respeitando a capacidade de resiliência do planeta. Os fatores mencionados acima caracterizam os problemas ambientais, enquanto que os problemas sociais incluem as desigualdades e toda a sua interface, essas emergem do consumo e acúmulo de renda por parte de uma pequena parcela da sociedade e passam a gerar conflitos como guerras e disputas por regiões (TRAJBER, 2007; DE SOUZA, ROSA, ANTIQUEIRA, 2020).

Além disso, o momento que vivemos, durante o planejamento deste material, é caracterizado por inúmeras incertezas. Estamos tentando caminhar para o final de uma pandemia mundial (COVID-19). É importante lembrar também que no nosso país, o Brasil, nos últimos anos, ocorreu um desmonte das políticas públicas socioambientais, a liberação de diversos agrotóxicos, além de diferentes eventos climáticos extremos (chuvas intensas, secas, inundações, entre outros). Fatos esses, que nos mostraram quem são as pessoas que mais sofrem com o descaso das questões socioambientais no nosso país.

Dessa forma, acreditamos que dialogar de forma horizontal com as pessoas, demonstrando como podemos ser fortes quando há união, e como transformações podem vir com a participação e engajamento das pessoas é essencial. E, dessa necessidade, surgiu o interesse em construir esse material. Salientamos também que essa proposta é um produto de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Este material tem como objetivo fornecer subsídios teóricos, metodológicos e reflexivos sobre a Educação Ambiental e a participação social, auxiliando os professores da rede municipal de ensino em suas práticas escolares.

Para facilitar a leitura e aplicação desse material, organizamos em encontros, que estão numerados em sequência. Dentro de cada encontro, encontramos a seguinte organização: título do encontro, conteúdos abordados, objetivo, descrição, instrumento avaliativo e referências bibliográficas.

O material, que pode ser aplicado na forma de um curso, está pautado no Referencial Curricular do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018) e pretende fornecer subsídios aos professores para que se encorajem e ampliem valores e hábitos (individuais e coletivos), que interferem na qualidade de vida das pessoas, propondo estratégias para o enfrentamento de problemas socioambientais, além de incentivar o sentimento de pertencimento, a autonomia, a solidariedade e o respeito à diversidade.

Esse material também é pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (inciso 5, BRASIL, 2009), no qual menciona a necessidade de se ampliar a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental (BRASIL, 2018), destacamos algumas habilidades mencionadas em diferentes disciplinas que justificam e evidenciam a necessidade de abordar a temática participação social:

“(EF69LP21) Posicionar-se em relação a conteúdos veiculados em práticas não institucionalizadas de participação social...” (BRASIL, 2018, p. 147) (grifo nosso).

“(EF04GE03) Distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.” (BRASIL, 2018, p. 377) (grifo nosso).

“(EF05GE12) Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive” (BRASIL, 2018, p. 379) (grifo nosso).

Para o ensino médio a temática foi mencionada nas seguintes habilidades:

“(EM13LP24) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações” (BRASIL, 2018, p. 514) (grifo nosso).

“(EM13CNT305) Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade” (BRASIL, 2018, p. 559) (grifo nosso).

Dessa forma, esperamos que esse guia auxilie na capacitação de professores e professoras, para que possam inserir conceitos e reflexões sobre a participação, engajamento e mobilização social frente às problemáticas socioambientais vivenciadas em seus contextos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto atual

Partimos de um contexto, onde os problemas socioambientais são visíveis diariamente, e configuram-se em diferentes crises, como na saúde, na perda da biodiversidade, além da crise climática que frequentemente anuncia seu poder por meio de fortes chuvas, inundações, desmoronamentos e ondas de calor por todo o mundo (ARTAXO, 2020).

A nossa sociedade também está imersa em uma crise socioambiental, crise essa não passível de resoluções, e apesar das diversas evoluções de ordem técnica e científicas, os problemas ocasionados pela adoção do modo de produção estabelecido mundialmente não são resolvidos, seja pela dependência exacerbada das riquezas naturais ou seu uso indiscriminado, que acabam por causar graves consequências nos âmbitos sociais, geográficos, ambientais, físicos e humana, que convergem em crises em cada âmbito (ARRUDA; MILIOLI, 2017).

Como se diversas crises não fossem suficientes, nos últimos anos nos deparamos com uma crescente avalanche de notícias falsas e negacionismo da Ciência. Isso ocorre devido a negação de fatos históricos e de todos os avanços obtidos pela Ciência por parte de grupos específicos que, buscando causar dúvidas sobre fatos e situações, espalham informações falsas (DE SOUZA; MINÓ; MELO, 2021).

Todo esse cenário se mostra ainda mais preocupante quando pensamos nas crianças e adolescentes, que crescem em meio a essas condições, muitas vezes não sabendo distinguir o real do falso, ou até mesmo não conseguindo fazer suas próprias observações do mundo. Neste sentido, evidencia-se ainda mais a necessidade de uma educação libertadora, que possa ser o fio condutor para uma democratização da realidade (DE SOUZA; MINÓ; MELO, 2021).

Partindo de um contexto de crises e desigualdades sociais há a necessidade de transformar os padrões de consumo e também de modificar os princípios que orientam as decisões na sociedade, tarefa essa de difícil concretização, mas

que deve ser orientada por políticas públicas, associadas aos princípios da Educação Ambiental (EA) (BIGLIARDI; CRUZ, 2007). Assim, em um mundo em que são vivenciadas crise socioambiental, notícias falsas e a negação da Ciência, o enfrentamento, por meio do engajamento e participação social nas tomadas de decisões é imprescindível pois, dessa forma, uma transformação social pode ser iniciada.

2.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O ENGAJAMENTO SOCIAL

A participação social no espaço das políticas sociais, é defendida enquanto necessária e indispensável para que sua consolidação seja mais democrática e eficaz. Além disso, é primordial a incorporação da ação política para a formação de responsabilidade, por parte da sociedade, pelo planeta (ANDRADE; SORRENTINO, 2018).

O ser humano existe na convivência, pois para além de sobreviver precisamos conviver, condição essa que parece ter sido esquecida (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009), seja pelo estímulo da competitividade, da exclusão e do não acolhimento. A convivência implica em tomadas de decisões e participação na sociedade, e se concretiza em quem somos, fazer o que acreditamos, estando intimamente ligado ao direito de participar na definição das regras de convívio (TASSARA; ARDANS, 2018). A participação é considerada elemento chave das práticas sociais quando falamos em EA, sendo necessária a articulação entre os saberes e fazeres para que assim, seja possível responder às questões socioambientais (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Como definição, o engajamento e a participação social possuem estreita relação. Ambos os conceitos se referem à existência de comunidades e sociedades, correspondendo a ação de responsabilizar-se pela comunidade da qual faz parte. Os conceitos caracterizam não apenas um modo de decidir sobre as questões da vida coletiva, vai além e, também caracteriza um modo de agir na vida coletiva, indo além da própria sobrevivência, buscando criar espaços para compartilhamento de histórias e discussões, caracterizando um fazer social pelos que nunca tiveram voz, assumindo um caráter de reposicionamento da pessoa na sociedade (CASTRO; PÉREZ; SEIXAS, 2010; CASTRO, 2016; HAERTEL, 2018).

O conceito de participação também tem sido utilizado para demonstrar a capacidade local e a autoconfiança, além de ser justificado como uma extensão do poder do Estado. Ele é utilizado para dar poder e também possibilitar a tomada de decisão fora de agências específicas. Existem diferentes formas de participações sociais, uma delas advém da participação passiva, na qual as pessoas que estão participando apenas se envolvem com base na informação que recebem sobre o que acontecerá, e um nível mais adiante que evidencia a mobilização própria, onde as pessoas envolvidas tomam atitudes independentemente

de instituições (PRETTY et al., 1997). A participação social é uma conquista da sociedade e um dos pilares do processo de construção da democracia. Neste contexto, a população possui voz ativa e as pessoas são tratadas como agentes ativos em decisões, possuindo significado histórico, principalmente para os países que viveram sob regimes autoritários (GARBELINE; LARANJA, 2017).

A participação social, além de ser elemento essencial para a EA, é direito assegurado na Constituição Federal Brasileira, durante todo o desenvolvimento de políticas públicas. Observamos que é assegurado “a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas” (BRASIL, 1988, art. 193). Não somente na Constituição Federal se destaca a necessidade de participação, mas também em legislações voltadas à Educação.

Na Base Nacional Comum Curricular verificamos que um dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil seria o ato de participar de decisões.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2018, p. 38).

Este trecho revela que desde os anos iniciais, fomentar a participação das tomadas de decisões nos ambientes escolares se torna elemento chave para a formação de cidadãos participativos nos demais espaços da sociedade. No mesmo documento, quando se trata do ensino fundamental, o espaço escolar é considerado “espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa” (BRASIL, 2018, p. 62).

Ao pensarmos em documentos norteadores para a Educação no estado do Paraná, como o Referencial Curricular do estado, observamos em diversos momentos o incentivo à participação em atividades individuais e coletivas, atuação cidadã, a autonomia, a curiosidade, investigação, cooperação, se pautando no contexto vivenciado, mas também apresentando as múltiplas possibilidades que um mundo complexo abrange, de culturas, conhecimentos, e o respeito a individualidade (PARANÁ, 2018).

Dessa forma, o incentivo à participação social é assegurado e deve acontecer em todos os níveis de ensino. Igualmente importante a participação são os partícipes dos processos, podem ser eles: o Estado, que é o local onde são planejadas as políticas públicas; os cidadãos que podem estar participando individualmente ou ainda integrando diferentes grupos como ONGs; citamos tam-

bém os técnicos que, fazendo parte dos processos de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas (TASSARA; ARDANS, 2018).

Porém, para que tenhamos pessoas da sociedade civil participando em tomadas de decisões, precisamos de pessoas que estejam de fato engajadas (conectadas) a uma causa. Para isso, se mostra necessário implementar iniciativas que estimulem as participações sociais, podendo acontecer com o auxílio de práticas educativas, que valorizem o diálogo horizontal. Assim, poderemos desenvolver nessas pessoas o sentimento de corresponsabilização e de constituição de valores éticos tão importantes para as mudanças necessárias na sociedade (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

A participação e o engajamento podem acontecer por motivações pessoais ou por anseios maiores, de mudança de uma realidade. Comumente, o senso de participação e engajamento floresce pelas influências, sejam elas a própria família, os amigos, ou ainda por pessoas admiráveis, que despertam o senso de cidadania (RIZZINI et al., 2007).

Como aponta Bordenave (1992, p. 17) “o futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa” e para que tenhamos cada vez mais pessoas engajadas e participativas podemos e devemos agir de maneira participativa, além de conectar as pessoas com causas que elas possam se identificar.

Porém, muito falamos sobre participação, e mesmo sendo assegurado em documentos oficiais o incentivo e as possibilidades de participação em políticas públicas, o que observamos em grande parte, são pessoas que vivem suas vidas desvinculadas das tomadas de decisões, como se não sofressem interferências pelas escolhas tomadas. Verificamos ainda, que decisões políticas, como a escolha de um representante, podem definir o futuro do país bem como as implicações na qualidade de vida das pessoas.

Acreditamos que a escola pode oportunizar a participação social, e quando falamos sobre “oportunizar” necessitamos do engajamento e participação também dos professores e funcionários da escola, pois “o engajamento dos/as professores/as nos processos políticos de decisão, na participação em encontros e eventos, intervém no seu saber-fazer pedagógico e pode ser considerado como contexto valioso” (TRISTÃO, 2007, p. 5). Desse modo, a participação das pessoas refletirá na prática e na formação de cidadãos.

2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POSSIBILIDADE DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A EA é um campo do conhecimento que age tanto no individual, quanto no meio em que se inserem os indivíduos, seja eles em espaços públicos ou de tomadas de decisões, possibilitando articulação entre a participação dos indivíduos nos processos de escolhas e as tomadas de decisões, visando uma trans-

formação da realidade e gestão de conflitos socioambientais (LOUREIRO, 2007; MENDONÇA, 2007). A EA busca criar espaços de reflexão e práticas voltados à temática socioambiental, temática essa na qual grandes problemas e parte das crises estão inseridas e, estes espaços acontecem na interação entre pessoas e a coletividade (GUIMARÃES, 2007).

Acreditamos que a EA pode atuar em diversos espaços e de diferentes maneiras, mas para isso é necessário o conhecimento de sua teoria, o que ela se propõe, e que se baseie na ética, para que assim, tenhamos pessoas participativas e atuando na cidadania, capazes de refletirem e atuarem na sua realidade (BIGLIARDI; CRUZ, 2007). Precisamos de cidadãos participativos também no contexto político, para que os direitos sejam garantidos, partindo dos princípios da participação social.

O mencionado anteriormente vem a caracterizar uma EA crítica, conforme a classificação de Layrargues e Lima (2014). Os mesmos autores evidenciam o fazer em EA a partir de duas outras macrotendências político-pedagógicas, sendo elas conservadora e pragmática. A conservadora se baseia na sensibilização dos envolvidos, e traz questões como “conhecer para amar, e amar para preservar” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 27). São baseadas no contato muito próximo com a natureza. Porém, as ações desenvolvidas nessa abordagem são consideradas superficiais e tratam apenas das ações individuais e comportamentais, e desconsideram qualquer aspecto social, histórico ou econômico, culpabilizando o ser humano como o principal causador da crise ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Essa macrotendência segue os padrões da educação tradicional, como bem caracteriza Paulo Freire (1987, p. 32) como “educação bancária”, que é baseado na transmissão de maneira unidirecional, sendo que o professor assume um papel de transmissor do conteúdo e o aluno passa a ser o receptor do conhecimento (FREIRE, 1987).

A macrotendência pragmática se relaciona primariamente com práticas educativas que se preocupam em relação aos resíduos sólidos ou gestão ambiental. Após os anos 90, ela começou a tratar também das responsabilidades individuais associadas ao consumo, porém, assim como a conservadora, desconsidera a dimensão social, econômica e histórica e o contexto em que seus indivíduos estão envolvidos. Na macrotendência pragmática têm-se uma visão do ambiente como um recurso finito, que está à disposição do homem e o desconsidera da complexa teia que forma o ambiente (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Percebemos que as duas macrotendências supracitadas convergem em certos pontos, uma vez que ambas não questionam a organização social, modos de consumo e produção e, conseqüentemente, não visam a transformação social. É importante esclarecer que questões sobre preservação, conservação,

resíduos sólidos, qualidade das águas, não devem ser desconsideradas, mas apenas o panorama reducionista não condiz com uma educação transformadora.

A terceira macrotendência descrita pelos autores é a crítica, que nos diz que é necessário lutar por uma nova sociedade não se limitando a reformas setoriais. Isto vai além do que apenas transformar a relação entre o ser humano e a natureza, pois a renovação visada deve ser capaz de transformar a sociedade em diversos âmbitos como o conhecimento, instituições, relações sociais e políticas, além dos valores éticos e culturais, que foram deixados de lado. Por meio das transformações multidimensionais, deve-se incorporar os aspectos políticos, os meios de produção e consumo no debate ambiental, bem como fomentar a reflexão sobre como a relação entre o ser humano e a natureza é influenciada pelos aspectos socioculturais (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Além das três macrotendências político-pedagógicas descritas acima, outra autora também apresenta outras maneiras gerais de se conceber e de praticar a EA (Quadro 1). As correntes descritas buscam caracterizar as práticas de EA a partir de diferentes concepções de ambiente, com objetivos diferentes e enfoques diferenciados

Quadro 1. Correntes de Educação Ambiental, descritas por Sauv  (2005).

Nome da corrente	Breve descri�o
Naturalista	� centrada na rela�o e imersão com a natureza, em aprender coisas sobre a natureza, proporcionando experiências e despertando o lado afetivo, espiritual ou artístico, desenvolvendo um vínculo com o ambiente natural.
Conservacionista/recursista	� pautada na conserva�o dos recursos naturais, a fim de manter a biodiversidade como um estoque para obten�o de medicamentos e alimentos. Trabalha aspectos como reciclagem e gestão do ambiente.
Resolutiva	Compreende que o meio ambiente � sin�nimo de problemas e acredita que mudar comportamentos seria a soluço desses problemas.
Sist�mica	� pautada na identifica�o dos diferentes componentes do ambiente (biofísicos e sociais). Aborda também as realidades e as problemáticas ambientais, buscando encontrar solu�es.

Científica	Destaca o processo científico, tratando com esse rigor as problemáticas socioambientais, enfatizando as relações de causa e efeito e criação de hipóteses, observação de fenômenos ou experimentações. Traz o ambiente como objeto de conhecimento.
Humanista	Considera fortemente a dimensão humana do meio ambiente, que corresponde a um meio de vida, com dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas, podendo ser construído ou não. Possui um valor simbólico, provocando o lado sensorial, a sensibilidade e a criatividade.
Moral/ética	Aborda a relação com o ambiente, buscando desenvolver valores ambientais e competência ética por meio da confrontação de situações de conflito.
Holística	Essa corrente perpassa tanto as realidades ambientais quanto os sujeitos. Traz a dimensão pessoal e a complexidade de existir no mundo. Preocupa-se em desenvolver a pessoa e o seu meio, visando uma atuação participativa.
Biorregionalista	É pautada no conceito de biorregião, que tem como elementos o espaço geográfico e suas características naturais, bem como o sentimento de identidade entre as comunidades que ali vivem. O sentimento de pertença é valorizado, e acredita-se que a partir dele os problemas locais podem ser identificados e trabalhados.
Prática	Visa a aprendizagem e a reflexão, durante e para a ação. É constituída por um processo dinâmico e participativo, que envolve diferentes atores sociais visando uma transformação.
Crítica social	É inspirada no campo da teoria crítica e preconiza a análise das dinâmicas sociais existentes, suas realidades e problemáticas ambientais. Acredita que a educação é reflexo da dinâmica social e busca uma transformação da realidade.

Feminista	Denuncia e analisa as relações de poder dentro dos grupos sociais, especialmente as exercidas por homens sobre as mulheres. Enfatiza a necessidade de integrar as perspectivas e valores feministas em diferentes meios, como: governo, produção, consumo e também na organização social. Evidencia a dominação exercida sobre mulheres e também sobre a natureza.
Etnográfica	Enfatiza o caráter cultural na relação com o ambiente. Propõe a adaptação da pedagogia às realidades culturais trabalhadas, e também se inspira nessas realidades para a sua construção.
Eco-educação	É caracterizada principalmente pelo caráter educacional, não busca resolver problemas, mas sim um desenvolvimento pessoal. Trabalha com a experimentação do ambiente para descobrir-se a si mesmo e para construir uma melhor relação com o mundo.
Sustentabilidade	É pautada nos pressupostos da sustentabilidade, visando um desenvolvimento econômico como elemento indissociável da conservação dos recursos naturais.

Fonte: Adaptado de Sauv  (2005).

A EA possui como princípios básicos a participa o efetiva das pessoas, visando uma melhoria ambiental, uma articula o de conhecimentos científicos e do senso comum e a complementaridade no seu refletir e atuar. Além disso, ela possibilita a expansão do conhecimento acerca das intencionalidades políticas com rela o ao ambiente, e também garante a continuidade de processos educativos. Todos esses fatores estão interligados com a constru o da no o de cidadania dos envolvidos (JANKE; TOZONI-REIS, 2008).

A escola possui importante papel na cria o de espaços de reflexão, trazendo atividades que envolvam a EA, incentivando a participa o, o engajamento e a cidadania. Ainda, a escola pode contribuir na identifica o de atores sociais com potencial de liderança e mobiliza o, além de promover o incentivo para os mesmos, para que possam atuar em seu contexto, promovendo o engajamento e empoderamento de sua comunidade e, conseqentemente, a valoriza o de seu território e suas riquezas naturais, bem como a participa o em processos decisórios buscando defender seus interesses (JACOBI; TRISTÃO;

FRANCO, 2009).

O que acontece é que, muitas vezes, os educadores não compreendem as possibilidades de transformação que a EA possibilita, já que esta vai muito além de conscientizar, difundir conceitos ou incentivar o respeito à vida. A EA está intimamente comprometida em superar os problemas e as dificuldades encontradas nos dias atuais, fazendo com que os seres humanos exerçam a sua cidadania ambiental planetária, a partir do diálogo entre o próprio ser e os outros (FRANCO; PORTUGAL, 2018).

Deve-se tratar a EA associando-a com a mudança social, transformando a pedagogia em uma prática política, como forma de cooperação entre educadores e outras pessoas, que sejam engajadas em lutas socioambientais, por meio da criação de espaços críticos de aprendizagem (GIROUX, 2003). Ou seja, é necessária a participação de todos.

Percebemos que a EA está situada em um contexto amplo e objetiva a educação para a cidadania. Esta se relaciona ao sentimento de pertencimento e a uma coletividade. Assim, o principal eixo da EA busca consolidar ações com viés solidário, de igualdade e de respeito às diferenças, baseando-se em práticas interativas e dialógicas. Objetiva a criação de uma nova relação entre homem e ambiente, pautando-se em uma nova ética (JACOBI, 1997).

Há tempos se fala da necessidade de uma sociedade mais motivada e mobilizada, que realmente assuma um caráter propositivo, questionador e inclusivo, entretanto, muitas vezes, a participação dependerá de predisposição política (JACOBI, 2006). Porém, se tivermos cidadãos engajados e conhecedores de seus direitos, poderemos ter mudanças nos processos de tomadas de decisões, com implicações positivas para a área socioambiental.

De acordo com Freire (1987), somos seres da práxis, emergimos do mundo e objetivamos conhecê-lo e transformá-lo por meio de nossas ações, sendo assim como emergimos do mundo e temos a capacidade de transformá-lo, façamos isso para o bem comum, e não caiamos em interesses individuais.

3. CRONOGRAMA

Após tomar ciência a respeito do referencial teórico que norteia este guia educacional e metodológico, passamos a pensar em sua programação. Neste momento apresentaremos de forma resumida como organizar os encontros, a sequência sugerida, o tempo estimado e o objetivo de cada encontro (Quadro 2).

Quadro 2. Nome, tempo estimado e objetivo de cada encontro.

Encontros	Temp estimado	Objetivos
1 - Conexões necessárias: refletindo sobre o ambiente que nos cerca.	1h30min.	Evidenciar a importância da participação social e do engajamento social nos dias atuais.
2 - Falando em Unidades de Conservação: um olhar para o contexto local.	1h30min.	Sensibilizar e conectar os participantes com a natureza e comentar sobre as Unidades de Conservação.
3 - A Educação Ambiental e o engajamento social.	1h30min.	Demonstrar como a educação ambiental e a organização popular podem ser transformadoras.
4 - Problematizando a realidade e o ser cidadão.	1h10min.	Comentar sobre as problemáticas socioambientais e a possibilidade de transformação.
5 - Espaços de tomadas de decisões: estratégias para engajar pessoas.	1h30min.	Contribuir com os conhecimentos acerca da cidadania, e os direitos das pessoas.
6 - Construção coletiva de propostas de intervenção no contexto local.	1h10min	Contribuir com os conhecimentos acerca dos espaços públicos e privados, exemplificar os instrumentos de participação social.
7 - Espalhando sementes: socialização das atividades elaboradas.	2h	Demonstrar na prática como os assuntos podem ser trabalhados em sala de aula e apresentação de propostas elaboradas.

Fonte: Autoras (2022).

É importante mencionar que o tempo dos encontros pode ser variável, dependendo de como se desenvolvem as participações e discussões. Assim, a organização de cada encontro deve ser flexível, devendo priorizar o diálogo em relação a exposições cansativas. E, a partir de agora, iniciaremos a descrição de cada um dos encontros.

Cada encontro traz os assuntos gerais abordados, os recursos metodológicos e tecnológicos necessários e sua descrição. A descrição está dividida por momentos de atividades, dispostos no texto na forma de números dentro dos encontros. Ao final apresentamos instrumentos avaliativos que podem ser úteis para analisar o desempenho dos participantes e verificar se o objetivo foi alcançado. Além disso, trazemos uma avaliação esperada para cada encontro.

ENCONTRO 1

Conexões Necessárias: refletindo sobre o ambiente que nos cerca.

Assuntos gerais abordados nesse encontro

- Participação social
- Engajamento social

Objetivo

Evidenciar a importância da participação social e do engajamento social nos dias atuais.

Descrição

O primeiro encontro será dividido em seis etapas, descritas abaixo:

O momento inicial destina-se a dar boas-vindas e realizar a apresentação de todos os participantes e também dos facilitadores das reflexões, para criar um ambiente mais familiar e amigável. Após as apresentações é interessante realizar uma dinâmica para que todos os participantes se sintam parte do grupo. A que propomos neste guia visa demonstrar a necessidade da integração, diálogo e solidariedade por parte de todos, e também como a coletividade é importante para resoluções de problemas. Além disso, esse momento faz com que os participantes se familiarizem com alguns assuntos que serão tratados.

A atividade sugerida para as apresentações é um jogo de adivinhação, no qual cada participante recebe uma palavra e terá, por meio de desenho, mímica, história, fazer com que os outros participantes adivinhem a palavra recebida, tendo que usar a criatividade para demonstrar. Esta dinâmica pode ser adaptada tanto para o modo virtual quanto para o presencial, sendo que no virtual o participante poderá mostrar imagens que estejam relacionadas a palavra recebida, fazer desenhos em plataformas digitais ou mesmo mímicas pela câmera de vídeo. Acreditamos que esta dinâmica pode proporcionar um clima mais leve e de partilha entre todos os participantes, ela pode ainda ser realizada

Etapa
01

em duplas ou equipes. Abaixo seguem algumas sugestões de palavras, que se relacionam com a identidade dos encontros:

Participação	Empatia	Compartilhar	Sociedade
Educação	Justiça	Equidade	Qualidade de vida



Etapa

02

No segundo momento é sugerido que haja também interação e clareza das intencionalidades da aplicação. Pode-se apresentar os objetivos e também os assuntos que serão abordados, além de um breve cronograma com as datas, objetivando situar todos os participantes de cada uma das etapas. Nesse momento é muito importante agradecer a todos pela disponibilidade em participar das oficinas, e salientar o possível enriquecimento da prática de todos, na busca por uma transformação social.



Etapa

03

Pretendemos com essa proposta, criar um espaço de conhecimento e colaboração, assim ele visa aspectos participativos e dialógicos. Para isso, é importante trazer os participantes para a construção dos encontros, pedir sugestões do que eles querem apreender e suas expectativas. Essa etapa pode ser realizada, no modo presencial, com os professores escrevendo em pequenos papéis ou até mesmo falando. E quando de forma virtual os participantes poderão colocar suas ideias em plataformas específicas, como criação de notas autoadesivas na plataforma Jamboard. Dessa forma, todos poderão se sentir incluídos no processo de construção do conhecimento, deixando claro os princípios dessa proposta onde a participação, voz e diálogo são imprescindíveis nas tomadas de decisões, questões essas consideradas base para a construção deste guia. A par-

tir das sugestões poderão ser repensados alguns tópicos para os encontros.



Etapa **04**

Para iniciar o momento de reflexão, sugerimos o vídeo 1 (AMNES-
TY INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS EDUCATION, 2018). Esse vídeo
aborda a importância do engajamento social e ações coletivas.

Vídeo 1. “How Does Collective Action Work”

Duração: 1min. 15 s.

Clique na imagem e
acesse o conteúdo.



Após assistirem ao vídeo, é importante realizar um diálogo, ouvir o que os participantes têm a falar sobre ele, se realmente perceberam que unidos podem fazer a diferença na sociedade. Além disso, como ações coletivas podem promover a justiça social, diminuição de desigualdades, dar voz a grupos que são oprimidos, ou fazer com que governantes e tomadores de decisão ouçam a voz do povo.

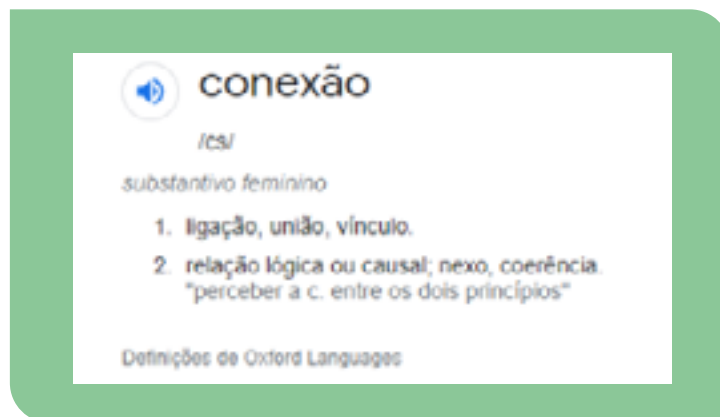
A partir dos diálogos estabelecidos, sugerimos uma breve introdução sobre engajamento, participação social, conexão com causas importantes e, como as nossas ações podem ser suporte para discussões políticas, econômicas e sociais, por meio de seu viés crítico.



Etapa 05

Para iniciar a conversa sobre engajamento social, sugerimos começar explicando sobre conexões, com o que nos conectamos ao longo da nossa vida. Pode-se iniciar com algumas perguntas como: Para vocês o que é conexão? O que nos faz com que nos aproximemos de certas pessoas? Coisas em comum? Gostos parecidos? Lugares de convivência? Além disso, laços de família, desejos semelhantes. Quem não tem um amigo de longa data, ou uma pessoa com quem possa contar. Esse sentimento de pertencimento acontece quando nos conectamos a algo. Mas o que de fato seria essa conexão?

Em seguida, pode-se buscar alguma definição de conexão, por exemplo, segundo o dicionário on-line Oxford conexão é:



Sugerimos fazer com que os participantes experienciem de alguma forma esse sentimento. Para isso, é interessante exemplificar, falar que a conexão não acontece apenas com pessoas, podemos nos conecta a um local, como a nossa casa, pois estes são espaços onde nos sentimos seguros. Enfatizar que esse é o sentimento que precisa ser criado ao longo dos encontros, um lar, onde todos se sintam confortáveis.

Professor, neste momento você deve se inserir nos diálogos, explicitando-se como exemplo. Isso é um artifício para chamar a atenção do seu público, para que você não esteja distante deles. Este processo é denominado “Storytelling” e se baseia em contar uma pequena história para se conectar com seu público. Nesse caso, mencione aos participantes as suas conexões e o que o trouxe para o lugar onde está hoje. Conte um pouco das causas com as quais se identifica e, desta maneira, pode despertar interesses em comum nos participantes, e fazê-los refletir sobre as conexões que eles possuem em suas vidas.



Etapa

06

Após dialogarmos um pouco sobre conexões, retomamos para o motivo da proposição do material, que é engajar os participantes com causas sociais, ambientais, principalmente para que sejam atuantes em sua realidade e possam inspirar mais pessoas.

Traçando um paralelo com as conexões, você pode perguntar se todos moram na cidade, onde cresceram, se viram as coisas mudando, evoluindo, a paisagem mudando de forma, mostrar a beleza de acompanhar os avanços e aprender com os erros, e isso só é possível pois criamos vínculos, e com o que somos conectados surge o sentimento e desejo de cuidar, nós nos engajamos.

Assim, pode-se realizar o seguinte questionamento:

“

O que é engajamento?

Deve ser chamada atenção da palavra engajamento e seu significado, mas também ouvir o que os participantes têm a dizer, ouvir o que os participantes sabem a respeito disso, o que querem compartilhar, se já ouviram falar sobre essa palavra antes. Que ela é comumente associada a redes sociais, quando se fala sobre o nível de interação de seguidores com um determinado conteúdo.

Porém, o sentido de engajamento que queremos promover aqui é no sentido de ter pessoas conectadas com uma causa. Para Gutierrez (2020, p. 230), “é preciso levar em consideração que o engajamento é uma ação motivada, também, por ganhos, sejam eles materiais ou simbólicos. Estes ganhos são uma espécie de recurso; são retribuições que cada um adquire por estar inserido no processo de militância.” Sendo assim, é uma ação que visa conquistar algo por meio de uma luta e conexão por uma causa.

Antes de finalizar o encontro, você precisa explicar sobre as avaliações (instrumentos avaliativos) que serão propostos, visto que acreditamos no processo contínuo e em diferentes mecanismos para as avaliações.

E assim, finaliza-se o primeiro encontro, não esqueça de demonstrar o quanto esse momento foi especial!

○ Sugestão de instrumento avaliativo

Peça para que os participantes pensem e reflitam em suas casas sobre suas conexões, lugares e pessoas, é muito importante para nos conectarmos com nós mesmos e com nossos valores.

O que vocês tentam transmitir para os seus alunos? O que move e molda a prática docente de vocês? Com o que você se conecta? São algumas perguntas que podem ser feitas para incentivar as reflexões. As respostas poderão ser enviadas de diferentes formas, via grupo de WhatsApp ou ainda socializadas presencialmente no próximo encontro.

○ Avaliação esperada

Que os participantes possam realmente expressar os seus verdadeiros sentimentos e falem com o que se conectam verdadeiramente.

Referência dos materiais utilizados

AMNESTY INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS EDUCATION. **How Does Collective Action Work**. YouTube, 23 de outubro de 2018. 1 vídeo (1 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=llzb0qL8aFo>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

GUTIERREZ, D. O engajamento militante enquanto prática social: ciclos de adesão, comprometimento e deserção. **Revista de Ciências Sociais**. v. 51, n. 1, p. 223–248, 2020.

ENCONTRO 2

Falando em Unidades de Conservação: um olhar para o contexto local.

Assuntos gerais abordados nesse encontro

- Importância da conexão/contato com a natureza
- Unidades de Conservação
- Legislação das UCs
- Serviços ecossistêmicos

Objetivo

Sensibilizar e conectar os participantes com a natureza e comentar sobre as Unidades de Conservação

Descrição

O segundo encontro será dividido em sete etapas, descritas abaixo:

Etapa 01

Para iniciar o segundo encontro é importante retomar as principais informações do encontro anterior, comentar brevemente sobre as conexões mencionadas e o que motiva e move os participantes no seu fazer pedagógico. Pode-se usar exemplos e sugerimos também que se incentive os participantes a pensarem no sentimento que os preencheu enquanto eles pensavam em suas conexões. Neste momento, orientamos construir uma nuvem de palavras, e sugerimos a plataforma on-line Mentimeter (CRIE WORD CLOUDS AO VIVO, 2022), a plataforma permite criar nuvens de palavras em tempo real com os participantes. Após essa construção, deve-se socializar a nuvem com todos para verificar o sentimento, que foi mais frequente e falar sobre eles. Acreditamos que para nos conectarmos com o ambiente natural e a vida em sociedade, precisamos nos conhecer primeiro, entender o que motiva em nossas vidas e como isso influencia a nossa vida profissional. Posteriormente partiremos para uma visão mais ampla.



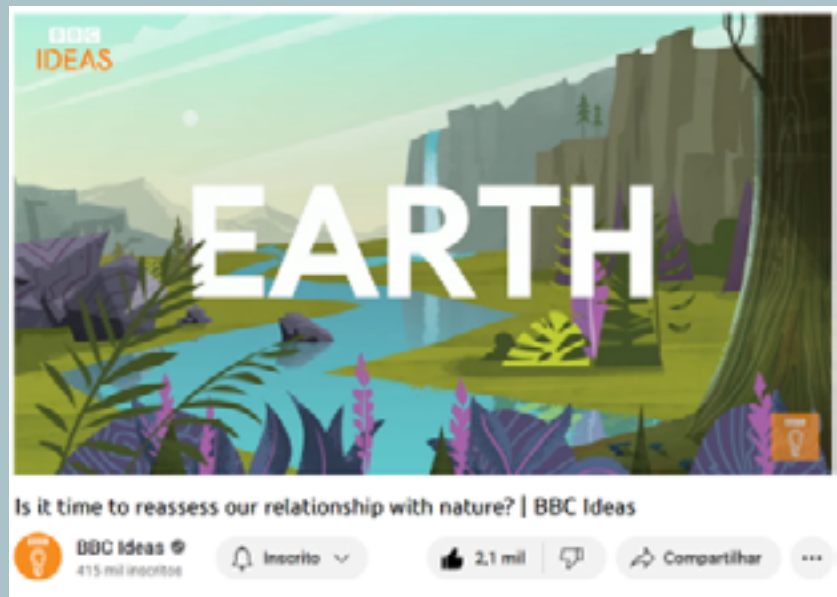
Etapa 02

Em um segundo momento será necessário que os participantes se conectem com o ambiente em que vivem, para que se sintam parte de um todo complexo que é o planeta Terra, e assim, consigam ver sentido em cuidar de sua casa. Aqui sugere-se que os participantes façam alguma dinâmica ao ar livre quando o encontro acontecer de forma presencial, como parar por alguns minutos e ouvir os sons do ambiente. Se acontecer de maneira on-line, aconselha-se que desde o início do encontro sejam apresentadas imagens do ambiente natural, de como ele faz parte da nossa vida cotidiana de diferentes formas, desde o nosso alimento, até a sensação de bem-estar que sentimos, quando estamos apreciando suas belezas. Sugerimos que essa conexão ocorra por meio de imagens e sons que transmitam emoção. Para isso sugerimos o vídeo 2 (BBC IDEAS, 2020), que possibilita reflexões acerca da relação entre os seres humanos e a Terra.

Vídeo 2. “Is it time to reassess our relationship with nature?”

Duração: 4 min. e 44 s.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Após assistirem o vídeo, orientamos que haja um momento de diálogo e reflexão, pode-se partir das seguintes perguntas: Somos mesmo todos parte de um mesmo sistema? Parte de uma mesma terra mãe? Vocês acham que todos os ambientes estão preservados? Intactos? O que será que nós seres humanos estamos fazendo com esse ambiente?

Esses questionamentos podem acontecer utilizando imagens de degradação do ambiente natural, e também por meio de notícias divulgadas pela mídia,

alertando sobre o desmatamento e como isso impacta a nossa qualidade de vida.



Etapa **03**

Mas como nós, membros da sociedade, podemos ajudar em situações de degradação e exploração ambiental?

Abaixo mostramos alguns exemplos que podem ser utilizados no engajamento da sociedade, visando demonstrar que todos somos responsáveis pelo ambiente que nos cerca.

- Ações governamentais, como realizar fiscalizações e contratar pessoas especialistas para esta finalidade;
- Mobilização social para participar de tomadas de decisões e acompanhar a implementação de políticas públicas;
- Mudança de hábitos e comportamentos, estar constantemente adquirindo conhecimento, especialmente no caso de professoras (es), diretoras (es), pedagogas (os). Ações coletivas, as quais foram comentadas brevemente no encontro passado.
- Criação de políticas públicas voltadas para a área socioambiental e sua implementação por parte do poder público e também da sociedade.



Etapa **04**

E justamente com esse objetivo de tentar cuidar dos espaços que vêm sendo explorados, do ambiente que vem sofrendo, tornar um refúgio para animais foram criados alguns espaços para conservação do ambiente natural. Para introduzir este tópico pode-se fazer alguns questionamentos como: Alguém já ouviu falar sobre? Conhece algum desses espaços? Conhece alguma área protegida? Sugere-se iniciar esse tópico dando exemplos locais de áreas protegidas, Unidades de Conservação que existem na própria localidade.

Utilizamos a definição da International Union for Conservation of Nature (IUCN) para áreas protegidas: áreas protegidas são espaços geográficos defini-

dos, reconhecidos, destinados e geridos por meio legais, com o objetivo de conservar a natureza a longo prazo, os serviços associados aos ecossistemas e os valores culturais (IUCN, 2008).

Após apresentar o termo inicial, você pode traçar um breve histórico da criação destes espaços, partindo de uma contextualização histórica, da exploração ambiental, que foi reforçada com os avanços da revolução industrial.

A primeira área protegida regulamentada por lei e com o objetivo de preservação localiza-se nos Estados Unidos, o Parque Nacional de Yellowstone, que foi implementado no final do século XIX, em 1872 (ARAÚJO, 2007; WITT; LOUREIRO; ANELLO, 2013).

No Brasil, as intenções de delimitar áreas para a proteção acontecem no início do século XIX, por meio de manifestações de José Bonifácio, naturalista, que acreditava na criação de estratégias para melhor utilização dos recursos naturais (ARAÚJO, 2007). Porém, os registros apontam, que as primeiras UCs do Brasil foram: o Parque Nacional de Itatiaia em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Serra dos Órgãos em 1939 (TOZZO; MARCHI, 2014).

Desde a implantação destas UCs tivemos diversos avanços, e um dos marcos mais importantes foi a criação do SNUC no ano de 2000. Ele divide as UCs em doze categorias, que são classificadas em dois grandes grupos, levando em consideração características específicas: proteção integral e uso sustentável. As UCs de proteção integral, objetivam manter os ecossistemas sem qualquer tipo de interferência humana, sendo permitidos apenas ações de uso indireto da natureza, enquanto que as de uso sustentável visam unir a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).



Etapa

05

Além de contextualizar historicamente, é importante falar sobre as políticas públicas envolvidas na temática, no caso das Unidades de Conservação no Brasil. Neste momento, orientamos explicar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000).

Elencamos abaixo tópicos relevantes para a contextualização, de acordo com o SNUC:

- Objetivos das UCs;
- Diferença entre Unidades de Proteção Integral e Uso Sustentável;

- Categorias de Unidades de Conservação;
- Salientar que a participação da comunidade local é direito garantido dentro dessa política pública.



Etapa **06**

Além de falar sobre as UCs, precisamos também mostrar como elas são importantes para o nosso bem-estar e qualidade de vida. Alguns dos benefícios são:

Serviços Ecosistêmicos

Segundo o MMA (2020) são todas as atividades humanas que dependem dos recursos que estão no meio ambiente. Os serviços ecossistêmicos são benefícios fundamentais para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, refletindo diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Serviços Ambientais

Segundo o MMA (2020) são atividades humanas individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos. Por exemplo, a restauração de uma área de preservação permanente com o plantio de mudas vai melhorar o ecossistema de vegetação nativa na beira do rio e assim favorecer o serviço de regulação do fluxo de água e de controle da erosão.

ICMS Ecológico

Segundo o Instituto Água e Terra (IAT, 2022), o ICMS Ecológico é um “Instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou mananciais para abastecimento de municípios vizinhos.

E para ilustrar esses conteúdos e a importância das UCs para nossas vidas, sugerimos o vídeo 3 (CANAL ICMBIO, 2018), que apresenta diferentes formas de observar o valor das UCs para a sociedade.

Vídeo 3. “O valor das unidades de conservação para a sociedade”

Duração: 6 min. e 23 s.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Após o vídeo, deve-se demonstrar a importância disso na vida dos professores, visto que além de eles serem “espelhos” para os alunos, estes precisam saber sobre a importância de existirem áreas preservadas e o que motivou o estabelecimento dessas áreas. Além disso, todos nós estamos inseridos no mesmo ambiente e vivenciamos os impactos antrópicos de forma diferente, a depender da classe social e das condições de vida de cada indivíduo.



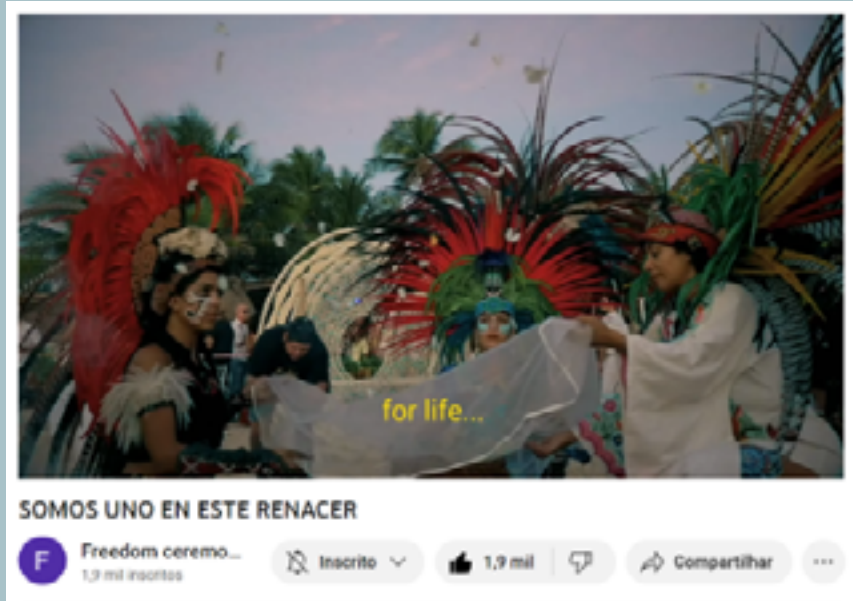
Etapa 07

Para criar de fato uma conexão com o ambiente natural e para falar sobre a necessidade de respeitarmos e cuidarmos da Terra, sugerimos o vídeo 4 (FREEDOM CEREMONIES, 2020), que retrata a ideia de que somos todos que vivem no planeta somos um.

Vídeo 4. “Somos uno en este renacer”

Duração: 6 min. e 23 s.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Sugestão de instrumentos de avaliação

Para realizar a avaliação o mediador pode colocar a seguinte questão aos participantes: durante a prática pedagógica de vocês, como vocês incentivam a conexão de seus alunos com o ambiente? Cite exemplos ou possíveis ações que considerem importantes. Por meio das respostas é possível realizar, posteriormente uma análise geral para entender o viés das práticas.

Avaliação esperada

Seria o ideal que todos os professores incentivassem seus alunos a se conectarem com o ambiente natural, realizando atividades ao ar livre, de observação e contato com o ambiente. Além disso, por meio das práticas, permitir que os professores e alunos consigam problematizar a relação que os seres humanos têm com o ambiente. Por vezes podem trazer o lado mais conservador ou pragmático, consideradas visões simplista e distante do ambiente. Ambas as visões citadas anteriormente se distanciam da macrotendência crítica, que visa uma transformação societária.

Referências dos materiais utilizados

ARAUJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da República a Gestão de Classe Mundial**. Belo Horizonte. SEGRAC. 2007, 272 p.

BBC IDEAS. **Is it time to reassess our relationship with nature?**. YouTube, 24 de julho de 2020. 1 vídeo (1 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=llzb0qL8aFo>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei 9985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União. 2000.

CANAL ICMBIO. **O valor das unidades de conservação para a sociedade brasileira**. Youtube, 17 de out. de 2018. 1 vídeo (6 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nAzfNTDR4d8>>. Acesso em 26 de janeiro de 2022.

CRIE WORD CLOUDS AO VIVO. **Mentimeter**. 2022. Disponível em: <<https://www.mentimeter.com/pt-BR/features/word-cloud>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

FREEDOM CEREMONIES. **Somos uno en este renacer**. Youtube, 1 de julho de 2020. 1 vídeo (3 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-cAM_Sle3v-o>. Acesso em 26 de janeiro de 2022.

IAT. Instituto Água e Terra. **ICMS Ecológico por Biodiversidade**. 2022. Disponível em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/ICMS-Ecologico-por-Biodiversidade>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

IUCN. International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for applying protected area management categories**. 2008. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Serviços Ambientais**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos/servicos-ecossistemicos-1/servicos-ecossistemicos>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Serviços Ecosistêmicos**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

TOZZO, R. A.; MARCHI, E. C. Unidades de conservação no Brasil: uma visão conceitual, histórica e legislativa. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 508-523, 2014.

WITT, J. R.; LOUREIRO, C. F. B.; ANELLO, L. F. S. Vivências em educação ambiental em unidades de conservação: caminhantes na trilha da mudança. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 30, p. 83 –101, 2013.

ENCONTRO 3

A Educação Ambiental e o Engajamento Social

Assuntos gerais abordados nesse encontro

- Educação ambiental: histórico e legislação Brasil
- Formas de organização popular (partidos políticos, movimentos sociais, coletivos sociais)

Objetivo

Demonstrar como a educação ambiental e a organização popular podem ser transformadoras.

Descrição

O terceiro encontro será dividido em sete etapas, descritas abaixo:

Em um primeiro momento é importante recapitular o que foi abordado no último encontro, especialmente na atividade de reflexão proposta, sobre as conexões com o ambiente e de que forma incentivam essa conexão com o ambiente com seus alunos. Encorajar e dar voz aos participantes é importante. E os resultados dessa reflexão servirão de base para construção de novos conhecimentos.

Quando se fala em ambiente, à primeira vista as ideias que surgem estão relacionadas ao ambiente natural, e acabamos esquecendo do ambiente de convivência ou de trabalho, que também é um ambiente. Esta é uma reflexão válida, pois o ambiente não está apenas em uma floresta, mas sim em espaços públicos, escolas, tudo à nossa volta é ambiente e interagimos com ele a todo momento, de diferentes formas.

Sendo assim, para mantermos um ambiente conservado a nossa volta, precisamos cuidar das relações que são estabelecidas, refletindo de que forma contribuimos para a manutenção do ambiente. O objetivo desta reflexão é mostrar que quando estamos realmente conectados com o ambiente à nossa volta, iremos tratá-lo da melhor forma possível.

Etapa 01



Etapa 02

Posteriormente, podemos inserir a EA no diálogo e, assim, realizar uma breve explanação sobre o que é EA. Neste momento sugerimos uma interação a respeito da concepção dos participantes sobre EA, e a partir dela podem ser desmistificadas algumas ideias e ressignificar essas concepções com o grau de importância com que ela deve ser abordada. As concepções podem ser socializadas por meio do diálogo, dinâmicas ou ainda por plataformas on-line, como Mentimeter.

Aqui, sugerimos que o referencial teórico sobre a EA seja melhor explorado para que os potenciais da EA sejam abordados de maneira mais complexa e integradora.

Para iniciar um momento mais reflexivo, indicamos apresentar algumas imagens, ou narrar algumas situações de desigualdade social, degradação, exploração ambiental, para que já venham sendo incorporados os aspectos econômicos, sociais e políticos na discussão, aspectos esses preconizados na EA crítica. Demonstrar como o ambiente vem sofrendo agressões em nome do crescimento econômico e enriquecimento de poucos, e a partir dessas evidências o surgimento da necessidade de educar pessoas, e aí encontra-se a EA, como um caminho para construção de valores éticos, morais e estéticos (MAIA, 2015). Dessa forma, a EA torna-se uma prática social e política nos dias atuais.

Ainda por meio das imagens, comentar como as transformações da sociedade aconteceram de forma rápida e drástica e como isso influenciou no aparecimento de problemas socioambientais nos últimos anos. Igualmente importante é evidenciar como isso impacta a nossa vida e as decisões tomadas dependem, muitas vezes, da participação social.

Comentar que a EA compreende o diálogo de saberes, sobre formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, que seja capaz de analisar interrelações entre o meio natural e social, e que também atue ativamente nas problemáticas socioambientais em uma perspectiva global, respeitando a diversidade. O objetivo é o de propiciar novas atitudes e comportamentos face ao consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1997; 2006)

As práticas reflexivas de EA buscam uma educação que assuma a complexidade, a globalidade, a criticidade e a responsabilidade pelo destino comum da humanidade, sem desrespeitar as identidades culturais e a diversidade das

múltiplas sociedades que fazem parte do planeta. Nesse sentido, Freire valoriza a ética universal dos seres humanos, não a ética do visada pelo mercado, que estimula diretamente o consumismo, o individualismo e a competitividade, e sim a ética da solidariedade entre os seres humanos e com a vida (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Também é importante falar que a EA está presente na legislação brasileira, que por meio da Política Nacional de EA, instituída pela Lei Nº 9795 (BRASIL, 1999), onde no seu artigo 2º diz que a “educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Além da Política Nacional de EA, existe outro documento muito importante que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, promulgadas pela Resolução nº 2, de 2012, no qual é estimulado o uso de uma EA crítica e reflexiva, que oriente a formação dos docentes e ainda deve ser preconizada a dimensão socioambiental como componente do currículo da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. As diretrizes buscam promover projetos e atividades artísticas e lúdicas que valorizem o sentimento de pertencimento dos seres vivos à natureza.

Após uma breve explanação sobre a temática e as políticas que envolvem e direcionam a EA no país, pode-se abrir espaço para os participantes comentarem sobre a EA, que estavam acostumados a ver e participar, se ela possuía um viés transformador, e se tinham conhecimento da legislação e da importância de estar em todos os espaços. Perguntar também se possuem dificuldades e onde estas se encontram ao trazer a EA para sala de aula.



Etapa 03

Este próximo momento servirá para introduzir os participantes a temática engajamento social. Para compreenderem o que significa o engajamento social precisamos entender: por que as pessoas se organizam? Como as conexões que criamos com pessoas e ambientes podem promover transformações?

Sugerimos aqui, que seja passado o vídeo 5 (FRONTEIRAS DO PENSAMENTO, 2015), no qual um sociólogo espanhol chamado Manuel Castells, fala sobre

as motivações que levam as pessoas a se organizarem em grupos e se mobilizam em prol de uma causa.

Vídeo 5 “Manuel Castells - Por que as pessoas se mobilizam?”

Duração: 3 min. 03 s.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Deixar que os participantes façam comentários sobre o vídeo que assistiram. Para iniciar a discussão pode-se falar do medo superado pela indignação, insatisfação com alguma situação. Perguntar se alguém já presenciou uma situação de indignação, dentro de casa, no ambiente de trabalho, na rua? A partir das indignações, não surge uma vontade de mudar aquela realidade? Mas como fazer isso? É importante estabelecer as conexões entre engajamento e como a EA pode estimular uma participação social em causas ambientais.



Etapa

04

Quando falamos sobre participação social e problemas socioambientais, busca-se o enfrentamento do problema. Para ilustrar essa situação, sugerimos apresentar personalidades que buscam mudanças sociais. Um exemplo de representatividade no ativismo frente a problemáticas ambientais e emergência climática é a jovem Greta Thunberg, que desde criança já realizava protestos buscando impactar as pessoas e mudar a realidade que via no mundo. Sugerimos a passagem de um tre-

cho do documentário que aborda as lutas dessa ativista (Vídeo 6) (MEU NOME É GRETA, 2021).

Vídeo: 6 “Meu nome é Greta”

Duração: 1h 37min.
(sugerimos o trecho
1min. 20s – 7 min. 50s)



Greta é um excelente exemplo de como ações, que começam individualmente podem alcançar patamares mais elevados, envolvendo e engajando mais pessoas com causas, para que estas, ao estarem conectadas com algo, possam lutar visando uma transformação. A atuação de Greta, evidencia a luta para que os tomadores de decisões a ouçam.

Neste momento, podem-se apresentar outras lideranças locais ou do país que buscam a construção de um mundo melhor e mais justo. Quando as pessoas possuem voz, mudanças podem acontecer, por isso é tão importante que a população esteja ciente e envolvida nas decisões, para que as decisões sejam tomadas baseadas nos contextos e nas reais necessidades das pessoas envolvidas em determinado acontecimento.

Sabemos que quando uma única pessoa se organiza pode ocorrer pequenas mudanças, mas quando um grupo se organiza as mudanças podem ser em um âmbito maior. Assim, existem grupos com atuação direta nas tomadas de decisão ou também chamados de institucionalizados, um exemplo clássico dessa forma de organização são os partidos políticos.



Etapa **05**

Os partidos políticos são conhecidos como as principais organizações para a representação na política existente na sociedade moderna. Essas organizações sofreram mudanças, dependendo do contexto sócio-histórico envolvido (THIBES et al., 2020). Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), existem 32 partidos políticos no Brasil (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2022).

Mas o que são partidos políticos?

Segundo a Lei dos Partidos Políticos (BRASIL, 1995) são: “pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal”. Neste momento, pode-se comentar sobre o site do TSE, onde todos têm acesso aos partidos políticos registrados, seus estatutos e prioridades. Assim, quando precisarmos escolher um candidato, que possamos conhecer melhor as características políticas.

Áudio 1. “Movimentos sociais”

Duração: 3 min.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Movimentos sociais - sociologia

11 de jun. de 2021

Movimentos sociais



Abrir • 3 min



Movimentos sociais

É importante trazer coletivos e grupos que atuam localmente e no contexto dos participantes. Além disso, perguntar se algum deles fazem parte de movimentos sociais e coletivos. Muitas vezes, temos uma visão de organização,

ou coletivos existem apenas em nível político. Porém, coletivos e organizações podem estar mais perto do que imaginamos, como por exemplo, pode-se questionar: Alguém já atuou na gestão da escola? Ou de algum clube ao qual faz parte?

Estes grupos organizados representam a necessidade da participação social nos processos de tomadas de decisão, sendo esse um elemento fundamental para o exercício da cidadania. Mas em quais outros lugares temos que tomar decisões? É importante fazer com que os participantes pensem sobre tomadas de decisões, mas que eles também possam fazer parte de grupos, não somente relacionados a decisões políticas, mas também em sua própria escola e comunidade, participando das reuniões, incentivando alunos a formar grupos como grêmios estudantis, comissões, associações de moradores, entre outros. Eles também podem participar na própria cidade, como nas atividades desenvolvidas pela câmara dos vereadores ou então, nos conselhos de meio ambiente.

Às vezes nos sentimos incapazes de mudar uma realidade, mas se nos acomodamos, essa realidade vai se perpetuar. Então, devemos lutar por uma sociedade melhor e mais justa, e fazer com que os participantes entendam essa necessidade e que essa urgência é muito importante, para que nos tornemos pessoas mais ativas na sociedade.



Etapa **06**

Aqui dialogamos com as questões: 1- Mas como posso contribuir para uma sociedade mais participativa? Como professores devemos incentivar a participação dos alunos desde os primeiros anos, tomar decisões entre os amigos, em conjunto com a turma, e realmente dar voz aos alunos, para que quando cresçam ainda sejam atuantes em seus meios de convívio.

Além disso, 2- Como membro da sociedade, como posso começar a atuar nas tomadas de decisões? O primeiro passo é o conhecimento, saber o que está acontecendo no contexto local e as suas motivações. E, posteriormente, buscar informação, a respeito de meios de participar ou fazer parte de coletivos existentes nas localidades.

- **Sugestão de instrumento avaliativo**
Pedir para que busquem perfis com os quais se identifiquem e tragam para comentar brevemente no próximo encontro.
- **Avaliação esperada**
Espera-se que os participantes tragam personalidades, que possuam engajamento e participação em sua atuação, principalmente em relação as questões socioambientais.

Referências dos materiais sugeridos

BRASIL. Lei N° 9.096, de 19 de setembro de 1995: **dispõe sobre partidos políticos**. Brasília: Diário Oficial, 19 de setembro de 1995.

BRASIL. Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999: **dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial, 28 de abril de 1999.

BRASIL. Resolução N° 2, de 15 de junho de 2012: **estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: Diário Oficial, 18 de junho de 2012.

FRONTEIRAS DO PENSAMENTO. **Manuel Castells - Por que as pessoas se mobilizam?**. Youtube, 14 de dezembro de 2015. 1 vídeo (3 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n01-dDhdLc4>>. Acesso em 26 de julho de 2022.

HENRIQUE, M. **Movimentos sociais**. Google Podcasts, 11 de junho de 2021. 1 áudio (3 min.). Disponível em: <<https://podcasts.google.com/feed/aHR-0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy81ZjUxM2YyNC9wb2RjYXN0L3Jzcmw/episode/NjZiYWVlZmEtZmExNy00NzRhLTlkZjYtMGE0YWVlMDJjYTg3>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

JACOBI, P.R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação & Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2006.

JACOBI, P.R. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas** São Paulo: Cortez, 1997.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos CEDES**. v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009.

MAIA, J. S. S. **Educação Ambiental Crítica e formação de professores**. Curitiba: Appris, 2015.

MEU NOME É GRETA. Direção: Nathan Grossman. Produção: Cecília Nessen; Fredrik Heinig. Intérprete: Greta Thunberg. Roteiro: Nathan Grossman. Suécia: B-Reel Films. 2021.

THIBES, M. Z.; PEREIRA, N. B.; SEGURADO, R.; CHICARINO, T. S. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. **Simbiótica**, v. 7, n. 3, p. 49-73, 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2022.

ENCONTRO 4

Problematizando a realidade e o ser cidadão.

Assuntos gerais abordados nesse encontro

- Problemas socioambientais
- Conflitos socioambientais
- Metodologia da problematização
- Direitos humanos
- Constituição Federal Brasileira

Objetivo

Contextualizar as problemáticas socioambientais e possibilidades de transformação. Além disso, compreender os direitos e deveres do cidadão.

Descrição

O quarto encontro será dividido em dez etapas, descritas abaixo:

Etapa **01**

Logo no início do encontro, convide a todos e a todas para socializar as pessoas ou personalidades com quem se identificam e os motivos desta identificação. Este momento servirá para que todos conheçam mais pessoas e criem uma rede de inspirações.



Etapa **02**

No encontro anterior, falamos sobre a necessidade de lutar quando algo nos incomoda, ou gera um problema, mas o que é um problema?

Você pode trazer diferentes definições de problemas, aqui trazemos

a do dicionário *Oxford* on-line, mostrar como está descrito e como os problemas constituem-se em algo difícil, mas não impossível de se resolver.



problema

substantivo masculino

1. assunto controverso, que pode ser objeto de pesquisas científicas ou discussões acadêmicas.
"o p. do descobrimento do Brasil"
2. questão social que traz transtornos e que exige grande esforço e determinação para ser solucionado.
"o p. da seca no Nordeste brasileiro"

Um problema pode fazer com que os objetivos de uma ou mais pessoas sejam atrapalhados, ou seja, pode ser que fique mais difícil para alcançar o objetivo. Porém, sempre podemos buscar soluções.



Etapa

03

Sugerimos que seja realizada uma reflexão com os participantes sobre os problemas socioambientais e, acreditamos que charges, ilustrações ou ainda vídeos e outros materiais visuais sejam ótimas opções, pois abrem espaço para interpretações e reflexões. Assim, dependendo do contexto em que os participantes estão inseridos, pode-se buscar componentes que retratem a realidade local.

Trazemos como sugestões as publicações de “Árvore e Água” no Instagram (por exemplo, Figuras 1 e 2), por se tratarem de imagens reflexivas e por abordarem os mais diversos problemas.

Figura 1. Ilustração representando a porcentagem de desmatamento em cada bioma brasileiro.

Fonte: @arvoreagua (2022).



Figura 2. Charge representando desastres ambientais provenientes do rompimento de barragens de contenção de rejeitos de mineração que acabam poluindo os rios.

Fonte: Domtotal (2015).





Etapa **04**

Continuando a discussão a respeito das problemáticas socioambientais, pode-se elencar em conjunto com os participantes problemas presentes na localidade em que residem, nos municípios, no país e no mundo. Neste momento demonstrar como essas problemáticas estão interrelacionadas, e refletem o modelo de sociedade e a forma com que estabelecemos relações com o ambiente gerando um agravamento na crise socioambiental vivenciada (GUIMARÃES, 2007).

Pode-se mencionar que, muitas vezes, essas problemáticas socioambientais geram conflitos, que segundo Brito et al. (2011, p. 53) podem ter “suas raízes no desequilíbrio entre a exploração e a reposição dos recursos naturais, ou seja, como o estoque de recursos naturais”. E por esse motivo, os problemas advindos da relação da sociedade com o ambiente recebem o nome de problemas socioambientais. Normalmente, as pessoas ou comunidades que mais sofrem com a existência destes conflitos são as que vivem à margem da sociedade.

Este momento é uma oportunidade para mencionar e problematizar o modelo político e econômico em que estamos inseridos, demonstrar como os interesses individuais prevalecem aos coletivos. Além disso, a competição entre os indivíduos, concentração de riquezas, apropriação e exploração do meio ambiente, e todas essas questões provocaram o distanciamento que observamos entre a sociedade e o ambiente (GUIMARÃES, 2007).

Os problemas ambientais podem atuar como temas geradores, propiciando questionamentos e problematizações da realidade, buscando refletir sobre os porquês da existência das problemáticas. Esse processo auxilia a sua compreensão e instrumentaliza os participantes visando um agir crítico perante essas problemáticas (GUIMARÃES, 2007). Esse processo de reflexão está relacionado com a EA, pois ela em sua vertente crítica se relaciona com esses problemas, de forma a buscar construir espaços mais juntos, solidários e igualitários. A vertente crítica da EA também auxilia na promoção de estratégias para melhorar a qualidade de vida, reduzindo os problemas que compreendem o ambiente e a sociedade (SILVEIRA; LORENZETTI, 2021).

Como exemplo, trazemos alguns problemas socioambientais que podem ser observados em diversas localidades do Brasil, como: resíduos sólidos, poluição dos córregos, tratamento de esgoto e saneamento, falta de recreação/lazer. Após uma breve reflexão a respeito dos problemas locais faça uma lista, que

será usada na próxima etapa.



Etapa 05

A partir deste etapa, as atividades deste curso serão baseadas na Metodologia da Problematização, que parte da realidade vivida. Segundo Berbel (1999), essa metodologia consiste em cinco momentos: Observação da Realidade; Pontos-chave; Teorização; Hipóteses de soluções; e Aplicação à realidade.

Abaixo segue uma breve explicação de cada momento segundo Berbel (1999):

Observação da realidade: Essa etapa consiste na observação e problematização da realidade, buscando identificar problemáticas locais a partir da reflexão. A partir da observação do que se mostra preocupante e problemático pode-se eleger um dos problemas para se trabalhar. Nesta fase a problematização ainda acontece, e se desenvolve buscando compreender os porquês da existência dos problemas.

Pontos-chave: Consiste na síntese após a análise inicial, neste momento serão definidos tópicos a serem estudados a respeito do problema, assim são elencados fatores que precisam ser melhor compreendidos para se buscar uma resposta para o problema. Neste momento se pergunta também como será a metodologia, pode-se utilizar, livros, relatórios, revistas, arquivos, consultas a especialistas, comunidades, entrevistas e assim por diante.

Teorização: Será o momento da investigação e pesquisa na literatura visando esclarecer o problema. Vai acontecer nos grupos e pelos próprios componentes. Todo estudo, até a etapa da Teorização, deve servir de base para a transformação da realidade. Após aprofundarem os conhecimentos sobre os problemas os participantes devem discutir sobre os aspectos levantados anteriormente, fortalecendo o que já conheciam com o conhecimento científico.

Hipóteses de soluções: Esta etapa demanda de criatividade e originalidade, pois demanda de ações novas e diferenciadas para o enfrentamento do problema, visando proporcionar mudanças na realidade.

Aplicação à realidade: Esta é uma etapa prática, que possibilita o intervir na realidade de onde o problema foi extraído. A aplicação permite fixar as solu-

ções geradas e contempla o comprometimento do pesquisador para voltar para a mesma realidade, transformando-a, mesmo que em uma pequena parcela.

Você pode explicar cada etapa e como ela é estruturada. Sugerimos o aprofundamento desse tema por meio da leitura de livros, artigos e relatos de experiência como: Berbel (1999); Munari et al. (2018); Santos e Silva (2021).

Os participantes podem ser divididos em duplas, trios ou grupos, nos quais, poderão discutir e refletir sobre soluções ou mudanças de hábitos para um problema de sua escolha, podendo propiciar uma transformação na realidade local.



Etapa **06**

Para início da atividade proposta, neste primeiro momento sugerimos:

- Separar os Grupos;
- Escolher as problemáticas socioambientais que se deseja trabalhar;
- Elencar os pontos-chave.

Permita que os grupos conversem durante alguns minutos para que se possa alinhar as ideias e levantem os principais pontos, que permeiam o problema.



Etapa **07**

Após a breve reunião entre os grupos, inicia-se o segundo momento do encontro, que pretende abordar sobre o ser humano cidadão, participativo, preocupado, inserido no meio, que precisa conviver e dialogar com a sociedade na qual integra. Este convívio social envolve direitos e também deveres.

Neste momento podemos definir o que é ser cidadão, aqui representada pela definição do Estado do Paraná:

“Afinal, o que é ser cidadão?”

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila” (PARANÁ, 2022).

Pode-se explorar termos como cidadania e democracia, ambos como elementos chave para a liberdade dentro de uma sociedade. E como membros de uma sociedade, possuímos nossos direitos e deveres assegurados pelo Estado. Levantar questões como: Sabendo disso, quantas vezes cobramos nossos direitos? Recebemos do Estado o que nos é de direito?

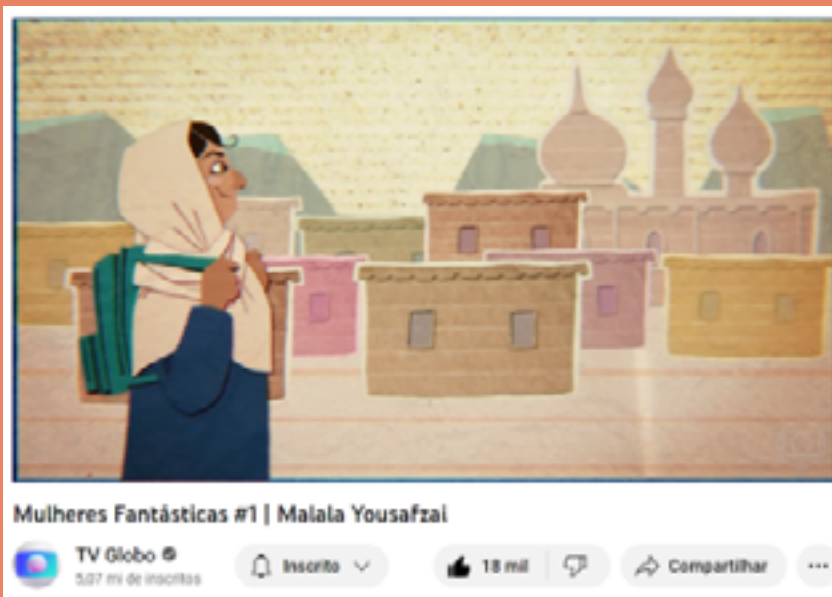
Para garantir os direitos básicos de todos os cidadãos com o principal objetivo de gerar bem-estar na comunidade, um fator importante para o diálogo são as políticas públicas, definidas como “(...) a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.” (SEBRAE, 2008).

Todos temos direitos básicos, porém muitas vezes esses direitos não são garantidos, precisamos assim lutar por políticas públicas, que assegurem esses direitos a toda a sociedade. Um exemplo de luta é Malala Yousafzai. Neste momento sugerimos o vídeo 7 (TV GLOBO, 2019), que ilustra a sua história de luta pela liberdade.

Vídeo: 7 “Mulheres fantásticas #1 | Malala Yousafzai”

Duração: 1 min. 20s.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Após o vídeo podem ser levantados pontos importantes sobre a história

para que sejam dialogados. E também por meio da história apresentada pode-se observar, que existem pessoas que lutam pelos seus direitos e, muitas vezes, são punidas por isso, mas existem políticas públicas e documentos mundiais que fornecem segurança às pessoas.



Etapa 08

Um exemplo de documento a nível mundial, que assegura os direitos dos cidadãos, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, fala sobre os direitos humanos básicos, e foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948 (UNICEF, 1948).

Nela estão contidos todos os direitos que cada pessoa possui, como ser livre, ter direito à moradia, instrução, descanso, a uma nacionalidade, a ir e vir, liberdade de opinião e expressão, ao trabalho, a segurança, entre outras (UNICEF, 2022). Sugerimos o vídeo 8 (ONU MULHERES BRASIL, 2016), que ilustra as lutas por direitos e a igualdade entre todas as pessoas.

Vídeo 8: “Direitos humanos”

Duração: 3 min.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Existem diversos materiais disponíveis on-line para trabalhar a temática Direitos Humanos em sala de aula, mas o mais importante quando esse assunto for trabalhado, é falar que somos todos diferentes e devemos respeitar uns aos outros. Devemos respeitar também o ambiente em que vivemos, pois o compartilhamos com outras pessoas. Neste momento, se algum participante se sentir à

vontade em falar, pergunte sobre as experiências com essa temática.



Etapa 09

Outro documento de extrema relevância para a sociedade brasileira é a Constituição Federal, que foi promulgada em 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988).

Uma das principais funções da Constituição Federal é regular e pacificar os conflitos e interesses de grupos que integram uma sociedade. Para este fim, são descritas regras que tratam sobre os direitos do cidadão e de organizações (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011).

Artigos importantes da Constituição Federal para discussão:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988) (grifo nosso).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1988).

Mas o que seria o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado? Neste momento é importante conversar com os participantes sobre o meio que estamos inseridos, pode ser por meio de imagens com ambientes degradados, imagens que representem a desigualdade, falta de acesso a saneamento básico, animais sofrendo por queimadas ou desmatamento, e perguntar se aquilo tem a ver com o ambiente equilibrado do qual falamos. Afinal ambiente não são só florestas, e mesmo que estejamos falando desse ambiente, áreas verdes e preservadas nos prestam diversos serviços ecossistêmicos, como regulação do regime de chuvas, da temperatura, fornecimento de recursos naturais, todos essenciais para nossa sobrevivência.

Além disso, como aponta Gomes (2007, p. 204) “O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental, diretamente relacionado

com o direito à vida”, demonstrando assim, a urgência de se trabalhar esse assunto em sala de aula e ainda “pois o meio ambiente se relaciona com todos os aspectos da vida. Se não houver um ambiente saudável, de nada adiantará um crescimento econômico acelerado ou um grande desenvolvimento tecnológico” (GOMES, 2007, p. 204).

Para finalizar a fala sobre a Constituição Federal, sugerimos o vídeo 9 (IMAFLORA BRASIL, 2018a), que fala sobre a participação da sociedade na construção das políticas públicas, e ilustra como a Constituição trouxe avanços em relação à participação popular em processos de tomadas de decisão.

Vídeo 9: “Governo Aberto - Participação popular na construção de políticas públicas”

Duração: 1 min.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Etapa 10

Muito foi conversado a respeito dos direitos e deveres dos cidadãos, mas relacionar essa temática com a educação pode parecer complexo. Converse com os participantes sobre a importância de se ensinar os alunos a respeitarem a diversidade, às pessoas e o meio em que vivem. É importante que os jovens cresçam compreendendo a necessidade de proteger o ambiente, e que um dos mecanismos para que isso aconteça é por meio da participação social nas tomadas de decisões, nos mais diversos âmbitos, seja no ambiente escolar, no ambiente familiar, no próprio município. Assim, possivelmente se formarão cidadãos preocupados com a

vida, seus direitos e com seu futuro.

○ **Sugestão de instrumento avaliativo:**

A avaliação para este encontro acontecerá por meio do levantamento de informações, referentes a etapa Teorização da Metodologia da Problematização (BERBEL, 1999).

○ **Avaliação esperada**

Espera-se que os participantes tenham realizado uma busca efetiva na literatura a respeito da problemática socioambiental escolhida, e colhido informações relevantes que estão relacionadas a temática.

Referências dos materiais sugeridos

@arvoreagua. 2022. **Biomassas mais desmatadas no último ano**. Instagram, 19 de julho de 2022. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CgNZELqvJ8x/>>. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

BERBEL, N. A. N. (Org.) **Metodologia da Problematização: fundamentos e Aplicações**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRITO, D. M. C.; BASTOS, C. M. C. B.; FARIAS, R. T. S.; BRITO, D. C.; DIAS, G. A. C. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, n. 4, p. 51-58, 2011.

DOMTOTAL. **Desastre ambiental**. 2015. Disponível em: <<https://domtotal.com/charge/1361/2015/11/desastre-ambiental/>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2022.

GOMES, D. V. A solidariedade social e a cidadania na efetivação do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Revista Direito e Liberdade**, v. 3, n. 2, p. 85-98, 2007.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S. M.; TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordena-

ção Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. p. 85-93, 2007.

IMAFLORA BRASIL. **Governo Aberto - Participação popular na construção de políticas públicas**. Youtube, 4 de junho de 2018a. 1 vídeo (1 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4T9_sV6ACaQ>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

MUNARI, A. B.; DAL BÓ, G. C. S.; ASSUNÇÃO, V. K.; MILIOLI, G. Educação Ambiental e metodologia da problematização aplicadas aos problemas urbanos de Criciúma (SC). **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, n. 13, v. 1, p. 76–86, 2018.

ONU MULHERES BRASIL. **Direitos Humanos**. Youtube, 16 de março de 2016. 1 vídeo (3 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hGKAaVo-DISs>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

OXFORD. **Dicionário Escolar**. New York: Oxford, 2009.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **O que é ser Cidadão?**. Disponível em: <<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-ser-Cidadao>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição Federal**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/constituicao-federal>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

SANTOS, M., SILVA, M. C. O. Educação Ambiental e resíduos sólidos: uma vivência escolar a partir da metodologia da problematização. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v.16, n.3, p. 207–223, 2021.

SEBRAE. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. Supervisão de Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte: Sebrae/MG. 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicas%20p%C3%9Ablicas.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

SILVEIRA, D. P.; LORENZETTI, L. Estado da arte sobre a educação ambiental crítica no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. **Praxis & Saber**, v. 12, n. 28,

p. 88-102, 2021.

TV GLOBO. **Mulheres Fantásticas #1 | Malala Yousafzai**. Youtube, 10 de março de 2019. 1 vídeo (1 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aIUvH5b0A_8>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao=-universal-dos-direitos-humanos#:~:text=Todo%20ser%20humano%20tem%20capacidade,nascimento%2C%20ou%20qualquer%20outra%20condi%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

ENCONTRO 5

Espaços de tomadas de decisões: estratégias para engajar pessoas.

Assuntos gerais abordados nesse encontro

- Espaços públicos e privados
- Instrumentos de participação social

Objetivo

Demonstrar como tomamos decisões em todos os momentos e como podemos engajar mais pessoas em relação às causas socioambientais.

Descrição

O quinto encontro será dividido em três etapas, descritas abaixo:

Fazer uma breve retomada do último encontro lembrando sobre a possibilidade de participação social, que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegurou para a sociedade, falamos também sobre os Direitos Humanos, que são direitos básicos para todos os seres humanos.

Sugestão de questionamentos: Mas onde as decisões são tomadas? Quem pode participar?

Neste momento, pode-se fazer uma lista de todos os lugares, onde são tomadas decisões onde podem estar incluídos: em casa, na escola, nas salas de aula, na câmara de vereadores, prefeituras, etc. Assim, tomamos decisões todos os dias, sendo essas decisões normalmente tomadas de maneira democrática e em diversos espaços.

Temos assim, espaços públicos e espaços privados de tomadas de decisões, de acordo com as definições abaixo:

Espaços públicos: são comumente espaços de uso comum e de responsabilidade de órgãos públicos, que exigem de uma cooperação social para a sua manutenção (MARTINS, 2005; CRUZ, [s.d.]), como exemplo: escolas públicas, prefeituras, câmara dos vereadores, associações de moradores e conselhos ges-

tores de Unidades de Conservação.

Espaços privados: São espaços que se constituem a partir de questões de mercado, da inacessibilidade e privacidade gerada pela necessidade de proteção e possuem uma autoridade privada, tais como: empresas, casas, lojas comerciais, escolas particulares (MARTINS, 2005; CRUZ, [s.d.]).



Etapa 02

Quando falamos de espaços públicos, é nosso direito participar das tomadas de decisão, porém todos participamos? Existem diversos instrumentos de participação popular, por meio de conselhos e conferências. Para introduzir esse assunto sugerimos assistir o vídeo 10 (IMAFLORA BRASIL, 2019b), onde são descritos os processos de participação das pessoas na escolha de representantes e como podemos contribuir para além do voto a cada quatro anos.

Vídeo 10: “1. Participação: Democracia e Participação”

Duração: 5 min 54 s.

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Então, possuímos mecanismos de democracia direta: referendos e plebiscitos, onde o plebiscito é “convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta” (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [s.d.]) enquanto que o referendo “é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta.” (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [s.d.]).

E existem outros instrumentos de participação popular, que podem ocorrer por meio da participação em conselhos e conferências. Para isso sugerimos assistir o vídeo 11 (IMAFLORA, 2019c) que demonstra as diferentes formas de participação, além dos que foram mencionados anteriormente.

Vídeo 11: “2. Participação: instrumentos de participação social”

Duração: 15 min. (sugerimos a partir de 8 min. 40s.)

Clique na imagem e acesse o conteúdo.



Pudemos observar no vídeo os exemplos de meio de participação social que existem na área ambiental, como os conselhos de meio ambiente, conselhos gestores de UCs, comissões e audiências públicas, e todos estes são importantes momentos de tomadas de decisão. Neste momento, é importante saber se os participantes fazem parte de algum conselho na cidade onde moram, e como é sua atuação dentro desse grupo, sendo possível que outros participantes se sintam interessados e motivados a participar de grupos e auxiliar nas tomadas de decisões em seus contextos.

3 - Após falar sobre as formas de participação e seus instrumentos sugerimos trazer representantes de algum conselho para falar brevemente sobre sua experiência, ou um representante da prefeitura municipal para falar sobre a importância da participação de todos nas tomadas de decisões. Outra sugestão seria trazer uma pessoa que ajude no processo de engajamento dos participantes, ou que os forneça artifícios, ferramentas e metodologias diferenciadas para que trabalhem com seus alunos em sala de aula.

Caso a presença de outras pessoas não seja possível, realize um debate com os participantes, demonstrando como podemos ser mais participativos e como podemos incentivar a nossa comunidade a também participar das toma-

das de decisões que as interferem. Sugerimos algumas perguntas para nortear o diálogo:

- Como posso ser mais atuante?
- O que posso fazer pela minha comunidade?
- Como engajar mais pessoas?



Etapa

03

Após a finalização das discussões, lembrar a atividade proposta baseada na metodologia da problematização. Este é o momento de verificar as informações coletadas na etapa “teorização” e, introduzir o próximo tópico que é “hipóteses de solução”. Permitir que os membros de cada grupo possam se reunir para dialogarem sobre as possibilidades de resolução do problema socioambiental levantado.

Como a metodologia da problematização está sendo usada em um processo formativo de professores, sugira aos participantes que encontrem mecanismos para trabalhar os tópicos elencados com os alunos, de uma forma dinâmica e diferenciada, utilizando de diferentes artifícios. Deixem livre para que os participantes utilizem a criatividade.



Sugestão de instrumentos avaliativos

Os instrumentos avaliativos deste encontro acontecerão por meio da participação, reflexões e opiniões disponibilizadas pelos participantes.



Avaliação esperada

Espera-se que os participantes participem durante o encontro, fazendo reflexões e interagindo com a temática.

Referências dos materiais sugeridos

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

CRUZ, M. S. **Público e Privado: O surgimento e a evolução dos conceitos**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/1994/bb36/publico.htm>>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

IMAFLORA BRASIL. **1. Participação: Democracia e Participação.** Youtube, 11 de janeiro de 2019b. 1 vídeo (6 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zf9LzDm_eX0>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

IMAFLORA BRASIL. **2. Participação: Instrumentos de Participação Social.** Youtube, 11 de janeiro de 2019c. 1 vídeo (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_5DANbtBcWI>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

MARTINS, M. L. Espaço público e vida privada. **Revista Filosófica de Coimbra**, v. 14, n. 27, 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23799/1/espaco%20publico%20e%20vida%20privada.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Plebiscitos e referendos.** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos>>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

ENCONTRO 6

Construção coletiva de propostas de intervenção no contexto local

Assuntos gerais abordados nesse encontro
- Metodologia da problematização

Objetivo

Demonstrar na prática a aplicabilidade da construção coletiva de atividade baseada na metodologia da problematização

Descrição

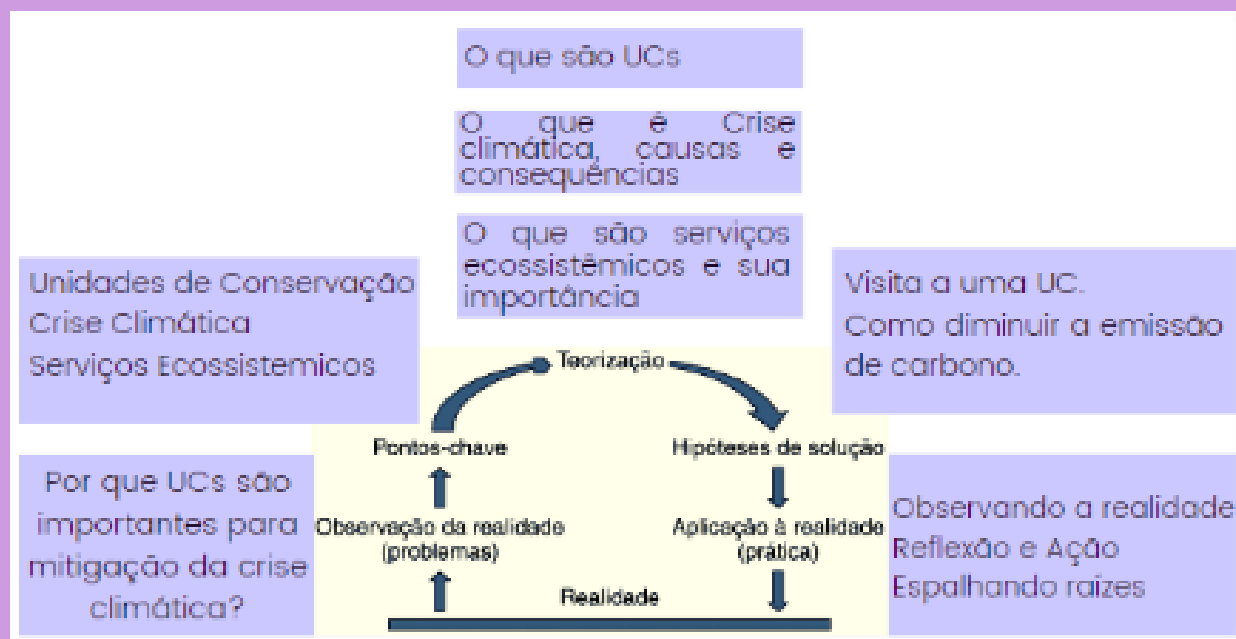
O sexto encontro é composto por uma etapa, descrita abaixo:

Este encontro destina-se a finalização da construção das atividades propostas, com base na metodologia da problematização. Para que a elaboração da proposta se mostre mais inteligível, apresentamos na sequência um modelo já construído (AUTORA, 2022), adaptado a uma problemática socioambiental de uma localidade.

Ao final sugerimos que seja criado um modelo para preenchimento por parte dos participantes. Segue um modelo já preenchido com os quadros referentes as etapas da metodologia em questão (Figura 3).

Etapa
01

Figura 3. Representação do preenchimento do Arco de Maguez, de acordo com cada etapa proposta pela metodologia da problematização.



Fonte: Autora (2022) adaptado de Berbel (1995).

Neste encontro pode-se solicitar que os participantes enviem e apresentem o esquema do arco (como o apresentado acima), ou pode-se solicitar uma versão mais completa, incluindo a pesquisa de literatura realizada, bem como a descrição detalhada das atividades propostas, como possíveis soluções das problemáticas socioambientais.

○ Sugestão de instrumentos avaliativos

O instrumento avaliativo seria pautado na proposição de hipóteses de soluções para a problemática socioambiental escolhida pelo grupo e apresentadas pelos participantes.

○ Avaliação esperada

Espera-se que os participantes elaborem hipóteses de soluções factíveis e possíveis dentro do contexto, que envolvam a participação e o diálogo.

Referências dos materiais sugeridos

BERBEL, N. A. N. **Metodologia da problematização**: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. Semina: Ciências Sociais e Humanas. v. 16, n. 3, p. 09–19, 1995.

ENCONTRO 7

Espalhando sementes: socialização das atividades elaboradas

Assuntos gerais abordados nesse encontro

- Materiais que fazem parte da temática do guia;
- Metodologia da problematização.

Objetivo

Apresentar materiais, que podem ser utilizados em sala de aula em relação ao estímulo a participação e engajamento social na educação infantil e apresentar as propostas de atividades construídas pelos participantes.

Descrição

O sétimo encontro será dividido em duas etapas, descritas abaixo:

Sugerimos exemplificar como os professores podem inserir as temáticas trabalhadas durante os encontros em suas aulas.

Seguem alguns exemplos:

- Construção de murais ou painéis coletivos: Esta forma de trabalho participativo permite que os alunos utilizem a criatividade e criem coletivamente, refletindo sobre diferentes problemáticas e concretizando-as em um material diferenciado. Como exemplo de criação de um mural a partir de uma problemática indicamos a leitura do trabalho de Querioz et al. (2016).

- Atividades práticas e ao ar livre: A interação com o ambiente externo permite experiências diferenciadas, pois os elementos existentes podem ser trazidos como instrumentos no processo de apropriação do conhecimento. Como exemplo, indicamos o trabalho de Torres, Junior e Almeida (2020).

Etapa
01

- Criação de espaços para diálogo: um exemplo são as rodas de conversas, elas permitem o estabelecimento de diálogos e reflexões, concordâncias e discordâncias que são enriquecedoras nos processos formativos. Neste sentido, sugerimos a leitura do artigo de Rodrigues e Andreoli (2016) e de Marques e Xavier (2020).



Etapa

02

Em um segundo momento, os participantes, reunidos previamente nos grupos, apresentarão a todos os participantes suas propostas baseadas na metodologia da problematização. Este é o momento de socializar as informações levantadas e as propostas sugeridas para resolução das problemáticas.



Sugestão de instrumentos avaliativos

Apresentação das atividades elaboradas pelos participantes.



Avaliação esperada

Espera-se que ao final do curso, os participantes (professores) tenham incorporado em seus discursos e em sua prática um viés crítico e problematizador de olhar para o ambiente e para a realidade vivenciada no âmbito local, mas que muitas vezes, reflète os problemas globais.

Referências dos materiais sugeridos

MARQUES, R.; XAVIER, C. R. Análise das inferências na construção do senso crítico numa sequência didática na Educação Ambiental. **Revista Cocar**, n. 5, p. 51-74, 2019.

QUERIOZ, T. L.; SILVA, F. S.; NUNES, E.; LIMA, A.; OLIVEIRA, C. V. C.; MARQUES, P. Uma proposta interdisciplinar de educação ambiental a partir do tema água. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 15-22, 2016.

RODRIGUES, D. G.; ANDREOLI, V. M. Desafios e perspectivas das ações educativo-ambientais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 11, n. 4, p. 130-148, 2016.

TORRES, A. C. P. L. G. C.; JUNIOR, A. A. G.; ALMEIDA, J. F. T. Brincadeiras ao ar livre e Educação Ambiental: Os playgrounds como mediadores didático-pedagógicos em processos de ensino e aprendizagem (Abordagem Histórico-Cultural Transdisciplinar). **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 98295-98305, 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse material foi elaborado primeiramente para professores da educação básica, mas apresenta propostas para diferentes áreas do conhecimento, já que a prática da EA deve acontecer de maneira inter e transdisciplinar. Porém, destacamos que adequações na linguagem precisariam ser realizadas para que esse guia pudesse ser aplicado para alunos do ensino fundamental II e ensino médio.

Esperamos, no final da aplicação desse guia, que possamos ter pessoas mais conectadas ao ambiente em que vivem, pessoas que compreendam melhor a sua realidade e possam estar mais engajadas na busca por uma mudança e transformação de seu contexto.

Desejamos também que os participantes que passarem por esse processo de formação, possam externalizar as transformações pessoais que poderão ocorrer e que estas se concretizem em sua vida social, familiar e também na sua prática profissional (professores em sala de aula com seus alunos).

Além de buscar engajar pessoas e fomentar a participação em processos de tomadas de decisões e formação de cidadãos cada vez mais participativos, espera-se que esse material forneça mecanismos práticos para inserção da EA crítica, emancipatória e problematizadora nos espaços escolares.

Compreendemos que, ao considerar o contexto de crises, bem como as diferentes e complexas problemáticas socioambientais que se apresentam a cada dia, necessitamos empregar os diferentes conhecimentos, técnicas e metodologias para que efetivamente ocorra o seu enfrentamento.

Dessa forma, acreditamos que projetos, cursos e/ou atividades que envolvam a EA, que enfatizem o engajamento e participação social, possam contribuir para a concretização de uma sociedade mais justa e equitativa. Além disso, atividades como essas contribuem para a escuta de diferentes vozes, para o envolvimento de diferentes culturas e o acolhimento de diversos pensamentos, respeitando-se assim, a sociobiodiversidade e fazendo cumprir os direitos e dos deveres de todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F.; SORRENTINO, M. Aproximando educadores ambientais de políticas públicas. In: SORRENTINO, M.; GÜNTZEL-RISSATO, C.; ANDRADE, D. F.; ALVEZ, D. M. G.; MORIMOTO, Í. A.; CASTELLANO, M.; PORTUGAL, S.; BRIANEZI, T.; BATTAINI, V. (Orgs.) **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris, 2ª Ed. p. 95-98, 2018.

ARRUDA, D. B.; MILIOLI, G. Crise civilizatória e a necessária ruptura da ordem vi-

gente. 2017. In: LADWIG, N. I.; SCHWALM, H. **Planejamento e gestão territorial: gestão integrada do território.** 2017.

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 53-66, 2020.

BIGLIARDI, R. V.; CRUZ, R. G. O papel da educação ambiental frente à crise civilizatória atual. **Ambiente & educação**, v. 12, n. 1, p. 127-137, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018, 595 p.

BRASIL. Resolução N° 5, de 17 de dezembro de 2009: **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, Diário Oficial, 18 de dezembro de 2009.

BORDENAVE, J. D. O. **O que é participação.** 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CASTRO, L. R. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses da sua realização. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 80-91, 2016.

CASTRO, L. R.; PÉREZ, B. C.; SEIXAS, C. F. Os jovens no trabalho solidário: novos rumos da participação política? **Revista Juventude.BR**, v. 5, p. 42-47, 2010.

DE SOUZA, L. M. C.; ROSA, M. C.; ANTIQUEIRA, L. M. O. R. Ensaio reflexivo sobre a biodiversidade e os valores humanos no contexto da pandemia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 45-54, 2020.

DE SOUZA, V. E. B.; MINÓ, N. M.; DE MELLO, R. M. A. V. A pedagogia freiriana sob a perspectiva da educação popular em tempos de negacionismo. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 9, n. 18, p. 191-208, 2021.

FRANCO, M. I. G. C.; PORTUGAL, S. Diálogo e participação em ações coletivas: caminhos para a educação ambiental. In: SORRENTINO, M.; GÜNTZEL-RISSATO, C.; ANDRADE, D. F.; ALVEZ, D. M. G.; MORIMOTO, Í. A.; CASTELLANO, M.; PORTU-

GAL, S.; BRIANEZI, T.; BATTAINI, V. (Orgs.) **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris, 2ª Ed. p. 303-313, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARBELINE, C.; LARANJA, R. E. P. Reflexão crítica sobre participação social: barreiras e estratégias. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 1, n. 15, p. 219-239, 2017.

GIROUX, H. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S. M.; TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. p. 85-93, 2007.

HAERTEL, D. **Projetos de vida de jovens universitários: um estudo sobre engajamento social e projeto de vida**. 2018. 180 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo. 2018.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação & Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2006.

JACOBI, P. R. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas** São Paulo: Cortez, 1997.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos CEDES**. v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009.

JANKE, N.; TOZONI-REIS, M. F. C. Produção coletiva de conhecimentos sobre qualidade de vida: por uma educação ambiental participativa e emancipatória. **Ciência & Educação**, v. 14, p. 147-157, 2008.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, p. 65-71, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 53-71, 2013.

MENDONÇA, P. R. Políticas de formação continuada de professoras e professoras em educação ambiental no Ministério da Educação. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, p. 45-52, 2007

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018.

PRETTY, J. N.; GUIJT, I.; SCOONES, I.; THOMPSON, J. **Guía del capacitador para el aprendizaje y Acción Participativa**. Santa Cruz, Ed. DPID, Universidad Núr, 1997, 255 p.

RIZZINI, I., CALDEIRA, P.; CALDEIRA, A.; FONSECA, D. O que motiva o engajamento social de jovens cariocas?. **Cadernos de Pesquisa. Anuário da Graduação do Departamento de Serviço Social**, n. 1, 2007.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M; CARVALHO, I. (Orgs.) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed. p. 17-44, 2005.

TASSARA, E. T. O.; ARDANS, O. Participação emancipatória: reflexões sobre a mudança social na complexidade contemporânea. In: SORRENTINO, M.; GÜNTZEL-RISSATO, C.; ANDRADE, D. F.; ALVEZ, D. M. G.; MORIMOTO, Í. A.; CASTELLA-

NO, M.; PORTUGAL, S.; BRIANEZI, T.; BATTAINI, V. (Orgs.) **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris, 2ª Ed. p. 122-127, 2018.

TRAJBER, R. Cidadania e consumo sustentável: nossas escolhas em ações conjuntas. In: MELLO, S. M.; TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, p. 143-149, 2007.

TRISTÃO, M. A Educação ambiental e os contextos formativos na transição de paradigmas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: ANPEd, 2007. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt22-3691-int.pdf>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.